

**IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
AS REDES DE CONHECIMENTOS E A TECNOLOGIA:  
PRÁTICAS EDUCATIVAS, COTIDIANO E CULTURA  
de 11 a 14 de junho de 2007**

**JUVENTUDE EM “RISCO SOCIAL”? DILEMAS E PERSPECTIVAS POR  
ENTRE AS PEDRAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS AOS JOVENS**

**Estela Scheinvar<sup>1</sup>**

**Denise Cordeiro<sup>2</sup>**

**Introdução**

As discussões sobre a juventude e o poder local colocam em foco o tecido das relações entre a esfera pública e a sociedade civil. Nos anos 90, intensificou-se no Brasil, na esfera pública, o debate sobre o jovem na sociedade, ou seja, do aparecimento do ator jovem, das novas formas de interlocução do jovem com o poder público, das políticas públicas dirigidas ao jovem, sobre o urbano como espaço regido pelo valor de ser jovem, da fruição, do espaço urbano insurgente, que é dominado pela ótica dos bens de consumo do capital.

A década de 90 carregou novas perspectivas sobre o olhar dirigido à condição juvenil. Ao mesmo tempo em que os jovens são alvo da mídia, da opinião pública e de esparsas ações de governo no campo da assistência e dos serviços, passam também a serem vistos também como perigosos e produtores do risco, tornando-se alvo privilegiado das políticas coercitivas de segurança pública. De vítimas a algozes o pêndulo perde em equilíbrio e dificulta o exercício ponderado do olhar. Dessa miopia produzida emana a ênfase do olhar oblíquo, desconfiado, sobre o jovem e exige atenção maior em torno das políticas públicas a eles dirigidas, um debate intenso sobre a noção de risco social e ir além, problematizando a condição de sujeito de direitos do jovem e sua possibilidade de participação social. Essas preocupações encarnam o mote que esse texto pretende explorar.

**Juventude: produções de sentidos em jogo**

---

<sup>1</sup> Socióloga do SPA/UFF. Professora do Departamento de Educação, Faculdade de Formação de Professores, UERJ.

<sup>2</sup> Professora da Escola Normal do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (SEE/RJ) e do Departamento de Educação, Faculdade de Formação de Professores, UERJ.

Quando dizemos juventude, o que colocamos em jogo? Podemos afirmar que a juventude configura-se como um terreno movediço de conceituação. A dificuldade na tematização da juventude seria *uma situação paradoxal de difícil resolução*. O desafio de compreender a juventude envolve uma dupla e intrincada hermenêutica ou ação interpretativa, isto é, a coloca como problema social e de investigação sociológica (PAIS, 1993, p. 21-32; SPOSITO, 1997, p. 37-8).

A juventude seria encarada como momento de passagem da fase heterônoma (do ser governado por outrem, marcadamente de caráter infantil) para a fase autônoma (de autodeterminação do sujeito, marcadamente adultocêntrica). A juventude estaria posta, então, nesse limbo da transição (SPOSITO, 1997, p. 38). A propósito desse tema, Pais (1993, p. 37-51) aponta que os autores que se detiveram em problematizar a juventude como categoria social se concentrariam em dois eixos de análise: a juventude como um conjunto que se materializa em uma determinada fase da vida, a corrente geracional e a juventude como produto das desigualdades de classe social, a corrente classista. Aqui buscamos entender a juventude como experiência, isto é, como uma construção histórico-social que se materializa como expressão de relações sociais e políticas, no conjunto da sociedade, entendendo-a, certamente, como uma fase definida por difusos recortes etários e formas de inserção no processo produtivo, ao mesmo tempo que observando diferenças trazidas pela condição de classe.

As estatísticas apontam que a experiência da situação juvenil para a maioria da população é também a vivência de uma complexa e preocupante situação de instabilidade no presente e incerteza frente ao futuro. No Brasil, a experiência do ser jovem, especialmente para os jovens pobres, é dificultada pela desigualdade do acesso à educação escolar de qualidade, pela falta de opção de atividades e de espaços de circulação, pelas barreiras de se conquistar o primeiro emprego (especialmente para os de jovens de 15 a 19 anos), pelo desemprego prolongado entre 19 e 24 anos e pela injusta distribuição salarial. Salta aos olhos a ferocidade do projeto político-social e econômico brasileiro que afeta toda a população e, mais dramaticamente, os jovens pobres.

Segundo o censo brasileiro (IBGE, 2000) existiam 33 milhões de jovens entre 15 e 24 anos no Brasil. Desse total, nove milhões de jovens viviam em extrema pobreza, com uma renda *per capita* inferior a R\$ 61,00, significando praticamente meio salário mínimo. Os

indicadores sociais dão uma clara dimensão das múltiplas desigualdades referentes aos índices de escolarização, renda, desemprego, mortalidade, gênero que marcam, especialmente, as condições de vida os jovens pobres no nosso país.

A taxa de escolarização da população juvenil de 15 a 17 anos foi ampliada de 55% para 78,8%. Apesar da aparente positividade, os altos índices de reprovações sistemáticas, os baixos índices de aproveitamento dos promovidos e a alta distorção idade-série permanecem como um desvio ao sistema e revelam a crise do ensino público, já que a maioria desses jovens ainda frequenta o ensino fundamental, que seria destinado à faixa etária dos 7 aos 14 anos. Os índices de escolarização são mais frágeis quanto aos jovens entre 18 e 19 anos, já que apenas 50,3% dessa população frequenta a escola. Os índices caem ainda mais entre os jovens de 20 a 24 anos, pois apenas 26,5% pode ter acesso à escolarização já que precisam trabalhar.

Sem dúvida nenhuma o desemprego representa um dos graves dilemas vividos pelos jovens que representam 50% dos desempregados do país. Os anos 90 acirraram a crise do desemprego juvenil, inclusive pela precarização da força de trabalho, instabilidade das vagas e baixa qualificação profissional. Pode-se afirmar que os jovens pobres tiveram limitadas ao máximo as possibilidades de acesso ao primeiro emprego, criando a oportunidade para o sentimento de frustração, desânimo, falta de futuro e alargando as chances de busca de oportunidades para sanar as necessidades pessoais e coletivas no mundo do crime.

A mortalidade de jovens é um sinal dramático da condição juvenil. O Brasil de hoje produz o extermínio de seus jovens pela violência. É possível afirmar, segundo dados da UNESCO, que 70% das mortes de jovens é decorrente de causas externas, destacando-se, entre elas, os homicídios, os acidentes de trânsito e os suicídios.

A situação das jovens negras está entre as mais dramáticas, especialmente para a entrada no mercado de trabalho. Elas sofrem duplo preconceito, de gênero e raça. As jovens negras, além do assédio sexual comumente sofrido pelas mulheres, recebem salários diferenciados em relação às brancas, têm dificuldade de acesso a cargos superiores mesmo quando possuem qualificações para tal.

Como já dissemos, a juventude é uma construção social e histórica, mas a condição juvenil no Brasil de hoje traduz os diferentes percursos vividos pelos jovens a partir de

diversos recortes: classe, gênero, etnia, entre outros. É assim que o presente trabalho parte de dois princípios. Os segmentos juvenis populares vivem mais amargamente a condição juvenil e encontram-se em situação de maior vulnerabilidade social. Essa questão vem afetando diretamente a produção simbólica de juventude na esfera brasileira. A forma como vêm sendo produzidas as relações sociais em relação à juventude conduz à construção de uma visão seletiva e negativa do jovem, sustentado na noção de desvio em relação aos padrões pré-estabelecidos na era moderna. Nesse percurso, encontramos a categoria risco como paradigma articulador da relação com os jovens. A sua problematização se coloca como um recurso para desconstruir a centralidade do jovem como problema e/ou ameaça, abrindo espaços para desaprisionar esse segmento da população da condição de alvo das mazelas trazidas pela intensificação do grau de exploração econômico e político.

### **Risco Social: a que serve esse paradigma?**

O conceito “risco” é um potente paradigma, que vem adotando historicamente formas diferenciadas. No presente texto interessa apontar a sua importância na fundamentação de muitas das práticas do campo da proteção social. Ao ser empregado em legislações, programas e ações “risco” tem sido associado ao imperativo da proteção, apontando uma condição de falta, carência, perigo, conflito, tensão, em quem há de se proteger. De maneira geral este é um conceito que tem estado presente na teoria penal, na criminologia e no sanitarismo, sugerindo abordagens do campo da prevenção. “Há muitas formas de prevenção – nos diz Lancetti – sempre sob o argumento de preservar a vida. Às vezes purificando o espaço urbano, outras salvando almas, outras normatizando práticas familiares, corporais e de trabalho” (Lancetti, s/d, p.80). Na perspectiva de prevenir ou de remediar, as práticas em nome da situação de risco expressam as concepções sobre as relações sociais e fundamentam as intervenções.

Percebe-se, no entanto, uma ênfase nas pessoas definidas em risco. De maneira geral os sujeitos definidos em risco são o eixo das análises, sem que se explore a produção das “faltas”, “carências”, “perigos”, “conflitos”, “tensões”. A produção do chamado risco tem redundado no controle das pessoas e não dos fatores que determinam tal condição.

Especialistas e gestores de programas têm apresentado uma compreensão em certo sentido ampla do que entendem por risco: da iminência de um acontecimento fatal à possibilidade mais geral de que algumas relações consideradas inadequadas sejam

estabelecidas. Operacionalmente, em nome das condições de risco os programas e as ações intervêm na vida das pessoas, tendo prevalecido o foco sobre as relações que são consideradas inadequadas pelas equipes executoras. Em nome de prevenir as “relações inadequadas”, temos assistido um crescimento das práticas de controle, associando à noção de risco a de periculosidade. Como adverte Foucault, “a noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade no nível de suas virtualidades e não de seus atos” (Foucault, 1984, p.97). O olhar que se apresenta como amplo por reconhecer os limites das condições de vida da população alvo das intervenções restringe-se, focalizando as pessoas que não garantem, de forma privada, de acordo com a ordem estabelecida, a construção e manutenção dos modelos hegemônicos.

Para que a burguesia exista é condição a relação de exploração. Sendo o capital o seu fundamento e a sua reprodução baseada na exploração da força de trabalho e na especulação financeira, esta tem sido a lógica preservada, mesmo sem que os profissionais nos demos conta. As condições para a reprodução do capital vão muito além do momento financeiro. A lógica burguesa, a defesa da propriedade privada e do conceito liberal de liberdade são condições fundamentais à sua existência. As subjetividades, as estruturas jurídicas e políticas constituem a estrutura burguesa. A prática social é também um de seus tentáculos. Intervir sem questionar, sem alterar, sem ameaçar a ordem dominante, é fundamental! A obediência aos serviços, às autoridades que prestam os serviços sociais faz parte da formação humana necessária para a submissão aos poderes instituídos.

Portanto, os que não suportem ordeiramente, os que não se consigam controlar em benefício dos interesses burgueses, aqueles que não vivem sob os modelos burgueses, esses serão entendidos como setores de risco. As práticas para os dito em risco não apresentam, não referem, não abordam ou enfrentam as suas condições de vida como um risco, mas as pessoas. As análises sobre as condições sociais, sobre o contexto sócio-político são claras, mas as propostas de intervenção não as consideram, pois agem em cima das pessoas exigindo delas mudanças e, assim, responsabilizando-as pela possibilidade de transformação de sua situação. Os programas se centram na idéia de serem elas as que precisam ser contidas ou eliminadas: trabalhadas com programas ou excluídas. Politicamente trabalha-se mais com a noção de risco do que com a de pobreza. Risco, sem dúvida, na perspectiva de preservar a ordem pública e não de reverter as perversas condições de vida da maioria da população. Há, na abordagem do “risco”, um ranço moral

que Castel (1980) refere quando analisa a correlação entre desequilíbrio social e os chamados sintomas de loucura. Perante problemas sociais juízos morais emergem como respostas rápidas que recaem, no entanto, na individualização das relações.

Historicamente, como analisa amplamente Donzelot (1980), a moralização das relações sociais tem sido uma perspectiva clássica da caridade e da filantropia, ambas responsáveis pelas práticas de tutela, a qual tem sido instituída no âmbito público ou particular (das entidades de assistência social não governamentais). Porém, contrariamente à idéia segundo a qual a tutela é sempre amparo, vemos, por meio dos seus efeitos, que ela tem sido uma forma de normalizar, de pautar os comportamentos, sem incidir nas estruturas que produzem os conflitos próprios da extrema pobreza e da desigualdade social.

As práticas sociais produzem demandas. O entendimento sobre os problemas sociais e, entre eles os riscos sociais, leva a práticas que vão definindo e classificando a vida dos grupos sociais; são rotulados e depois abordados a partir do rótulo que se lhes dá. Isto é uma forma de produzir demanda: uma vez classificado o sujeito ou a família como carente, incapaz, etc. a abordagem será correlativa a esse rótulo. Se classificado como explorado, a abordagem será outra. O deslocamento do olhar sobre o sujeito que provoca a situação de crise muda o foco da prática. Ao incidir a intervenção sobre as pessoas criam-se, para controlá-las, instituições, aparelhos de vigilância: poderes extrajudiciários para “corrigir” as virtualidades. São aparatos do que Foucault (1984, P.98) chama de ortopedia social, que operam pela exclusão: pela reclusão ou por meio de redes próprias para enquadrar a população em risco. A prática ortopédica é visível em alguns programas que, embora entendam a lógica que leva jovens à rua e reconheçam os limites pedagógicos da escola tradicional, limitam-se a intervir nas pessoas por meio de estratégias individualizantes, sem conexão ou articulação com outras frentes de trabalho, seja em outras instituições particulares ou em serviços oficiais tais como as escolas ou as redes de ensino, tendo resultados sempre insuficientes, precários (tão precários quanto a vida dos que são alvo da intervenção), impedindo qualquer movimento fora das margens estabelecidas pelas formas de controle. Passetti (2006) diz que “na sociedade de controle não há mais a margem todos estão dentro” ou, como quer Foucault, trata-se da exclusão por inclusão. Opera-se uma estratégia de correção dos corpos, sem incidir no contexto que os produz.

Empregado desta forma, o conceito de risco tem servido à desmobilização da luta contra a desigualdade, podendo, no entanto, também, ser dotado de outros significados. O

próprio debate sobre a produção da condição de risco pode ser um dispositivo para criar outros paradigmas, metodologias diferentes das que hegemonicamente estão em campo, ações orientadas a distintos focos, conduzindo a alianças que potencializem movimentos que realmente inibam a produção das condições de ameaça sob as quais vive-se na sociedade contemporânea. Os jovens não passam indiferentes a esse processo, como veremos a seguir.

### **Do risco à luta pelos direitos**

E o que ocorre quando os jovens passam a ser vistos como um risco social e em seu nome são geradas políticas públicas coercitivas? E como divergir dessa perspectiva e pensar rumo à conquista de direitos por parte da juventude na sua relação com a esfera pública? Caminhar nessa última direção exige reconceitualizar o sentido da responsabilidade social com o espaço público, com o papel do Estado, das ações que empreende e, mais amplamente com as demandas e lutas dos movimentos sociais. Nessa via, o poder local tem ligação com o deslocamento do poder na órbita do Estado. A lei, por si só, não faz a política. Quem a produz é o Executivo, o Governo, a possibilidade de ampliar a participação juvenil nesse campo, suas vozes e interesses.

Podemos afirmar que as práticas políticas sinalizam dispersões, fragmentações, investimentos de recursos. Neste sentido, Abad (2003, p. 14-5) analisa a constituição das políticas públicas como *ação de governo que se expressa diante de um problema político*, em determinadas condições concretas, por exemplo, a definição de recursos. Já para Rua (1998, p. 131) as políticas públicas podem ser entendidas “*como um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos*”. Assim, Rua aponta a conflitividade inerente às escolhas de governo (no uso de recurso, estabelecimento de prioridades de governo) na implementação, negociação e embate com a sociedade civil organizada. A perspectiva que estamos querendo ressaltar é a de que a ação de governo é um terreno arenoso, que não pode simplesmente naturalizar a juventude como um problema social, como sujeitos a serem recuperados para o bem social.

De modo geral, como já dissemos, quando as políticas públicas consideram o jovem como objeto de atenção, isto se faz numa perspectiva salvacionista, tomando-o como problema social para adequação dos mesmos à ordem. Abramo (1997, p.26) percebe a

existência de dois grandes blocos voltados para enfrentar as dificuldades de “integração social” do adolescente e jovem em desvantagem econômica: de um lado, programas de “ressocialização” ou ocupação do tempo numa perspectiva de pedagogização da “arte”, do “esporte”, da “dança”, ou do lazer, por exemplo; e de outro lado, a criação de programas de capacitação para adequação ao mercado do trabalho. As raras exceções, no que tange ao tratamento do tema, dirigem-se para a valorização do protagonismo juvenil. Abad (2003) destaca, no contexto das políticas públicas dirigidas aos setores juvenis, as políticas de integração (à semelhança de Abramo), com ênfase nas políticas de autovalorização, que possuem um tom afirmativo, isto é, buscam incorporar os interesses desses mesmos jovens, especialmente dos mais pobres, “reforçando o seu vínculo de geração com as lutas reivindicatórias de outras coletividades” (p. 29-31), dialogando com seus interesses e necessidades. Desse modo, ainda são poucos os olhares singulares acerca do jovem. Quantas demandas, sonhos, sofrimentos e frustrações da juventude precisam ser ouvidos? Quantas línguas, estilos e culturas, precisam ser respeitadas? Como as políticas públicas podem considerar os sonhos, os desejos, as frustrações dos jovens?

Mas nas últimas décadas, e cada vez mais fortemente, o jovem vem expressando a sua experiência de ser das formas mais variadas, nos traços do corpo, nas expressões culturais, nas artes, na música, na dança, em espaços de ação relacionados com a vida cotidiana. Ao contrário do que pode parecer numa observação superficial, os jovens participam ativamente da vida social, expressando suas formas de ser de modo bastante plural.

Ao contrário do que se pareça numa observação superficial, os jovens participam ativamente da vida social. Conforme afirma Islas (2002, p.22) dois espaços vêm transformando o conceito e a prática da participação juvenil: a família, que se apresenta mais como uma relação do que como uma instituição; o trabalho, que produz um sentimento de insegurança diante da possibilidade de futuro e o enfraquecimento das instituições intermediárias de participação política tradicional (os partidos políticos, os sindicatos, o movimento estudantil e acrescentaria a escola), embora o jovem deles ainda faça parte.

É nesse contexto de novas formas de participação juvenil que, por exemplo, surge uma nova geração de negros que luta contra o racismo de forma diferente: ao largo da militância política desenvolvem a arte como compromisso social. Enquanto nos anos 60 e início dos anos 70 pode-se supor que seus pais fizeram parte da história do movimento negro e de suas



conquistas políticas, os filhos hoje são atores políticos menos nítidos que elegem a atitude artística como forma de intervenção na vida de suas comunidades. Para além dos manifestos políticos pró-igualdade racial, da participação nos partidos políticos, aderem a grupos musicais como forma de expressão de seus interesses e demandas sociais.

A fé também atrai os jovens, que cada vez mais buscam nas Igrejas católicas e evangélicas tornar a vida mais suportável diante do sofrimento a que são cotidianamente expostos. Para além de julgamentos de valor, muitos parecem buscar nesses espaços formas solidárias de sociabilidade e sentidos para a vida diante de um mundo que produz muitas angústias.

Por outro lado, o desafio de conceber uma política que considere os direitos juvenis na esfera pública carrega a memória da experiência escolar dos jovens. Se a procura dos jovens pelos espaços educativos, como na Educação de Jovens e Adultos vem crescendo, encontramos pouca ressonância nas ações dirigidas a esse público (em sua maioria se dão de modo pontual e transitório, como a criação de turmas de aceleração de aprendizagem) o que se torna dramático do ponto de vista das políticas educativas, marcadas por uma clara situação de abandono, o atendimento restritivo e a escolarização negativa. Pela ausência da complexificação do que seja a juventude no campo, observa-se uma nítida generalização das propostas de atendimento ao campo da Educação de Jovens e Adultos, no que diz respeito às políticas públicas em educação, como que “ensacando” jovens e adultos como sujeitos dos mesmos conhecimentos e visões de mundo. Por vezes, inclusive, mantém-se um deslocamento na atuação dos poderes públicos, do provimento pela União, de políticas dirigidas a estados e municípios para o atendimento a EJA (HADDAD e DI PIERRO, 1999; BEISEGEL, 2001).

Também chama a atenção à incidência de casos que nas escolas, conselhos tutelares, no judiciário, nos centros de assistência social e nos postos de saúde são considerados problemas de saúde mental. Transfere-se para a pessoa e para a sua família a responsabilidade por problemáticas produzidas por políticas educativas, sanitárias, de emprego, de habitação, pelas políticas sociais e econômicas de maneira geral. Perante tal abordagem as pessoas são encaminhadas para tratamentos psíquicos e médicos e em muitos casos são diagnosticadas e medicalizadas, sem correlacionar a sua situação de vida com as condições políticas que a determinam. Um exemplo claro e cotidiano é o desinteresse de alguns alunos pela escola, manifesto por apatia ou irritação.

Freqüentemente tais alunos são enquadrados em diagnósticos apressados e orientados a tomar remédios para “melhorar na escola”<sup>3</sup>.

Apesar dessa movimentação do cenário, o fato mais dramático é que os jovens, para além da adolescência, quase não existem como alvo de políticas públicas consistentes. Ainda que encontremos boas práticas oriundas de políticas públicas e ações desenvolvidas por organizações sociais, essas não conseguem ultrapassar os marcos das iniciativas pontuais e quantitativamente pouco extensivas. A juventude é fortemente atingida pela expropriação do futuro e constrói diante disso novos modos de ser e de estar juntos. Em que pese o contexto de dificuldades apontado, na impossibilidade de planejar um amanhã, os jovens brasileiros vivem o presente com grande intensidade.

### **Juventude e potência**

As três últimas décadas do século XX, em especial a partir dos anos de 1990, nos ajudam a compreender que, diante da crise do capital e da aparente desmobilização política, o jovem pode estar expressando uma crise de produção de sentidos e de garantia de direitos.

A juventude exacerba, como expressão do tempo presente, os principais problemas da contemporaneidade, pela diversidade de formas de expressão de si. Do mesmo modo, os jovens pobres ajudam a dar visibilidade para a desagregação dos serviços e instituições públicas que não são capazes de proporcionar as funções básicas quando nos referimos aos bens coletivos: educação, saúde, trabalho, habitação, por exemplo. A diluição do Estado e a reprodução da pobreza, na contemporaneidade, vêm reafirmar a produção dos jovens pobres, atrelada, certamente, às políticas neoliberais de constituição de um Estado-mínimo, que reafirmam esses jovens como “descartáveis”. Os desafios contemporâneos em torno das políticas públicas dirigidas ao jovem desafiam o olhar em direção ao compromisso de se considerar os jovens na condição de sujeito de direitos.

É nesse contexto que a noção de risco tornou-se uma categoria analítica fundamental na prática social, que opera pela individualização. Metodologicamente intervém de forma particular tanto no olhar de abordagem, quanto nos dispositivos produzidos. Se de um lado produz-se a idéia que são as pessoas as que estão em risco, pelo outro produz-se uma subjetividade segundo a qual são os profissionais os que terão que buscar retirá-los desse

---

<sup>3</sup> Sugerimos a leitura do texto *Institucionalização Invisível: crianças que não aprendem na escola*, de Maria Aparecida Affonso Moyses, editado por Mercado das Letras/FAPESP, 2001.

lugar com a sua competência, também particular. Estabelece-se um diálogo técnico, despolitizado. É uma produção que ocorre por meio de dispositivos de intervenção. A prática profissional privatizada, que tanto seduz os trabalhadores que não querem ver-se subordinados a grupos e interesses mais coletivos, é mais uma forma de afirmar o domínio privado e de contribuir com a individualização do que, sabe-se, é uma questão social

Isto pode ser confirmado através dos procedimentos adotados na área social, quando insiste-se em olhar para o comportamento pessoal e familiar, em vez de abordar as questões que levam a que as pessoas apresentem problemáticas que praticamente se repetem.

Fica sempre implícito e legitimado o discurso da proteção social, que opera, no entanto, de distintas formas, em função do contexto sócio-político das pessoas “em risco”, deixando claro que a compreensão do que se entende por risco não é universal. Hegemonicamente, ela está determinada pela condição socioeconômica., o que significa dizer que não todas as pessoas estão enquadradas nessa condição; praticamente só as que têm em comum a pobreza. Assim sendo, ao analisar a condição de risco a pobreza emerge não de forma subalterna, mas determinante.

O paradoxo colocado está no fato de se saber que a pobreza é uma decorrência da sociedade de classes, mas serem as pessoas o alvo das intervenções de “proteção”. Incidindo na individualização, nas histórias particulares, sejam individuais ou familiares, preservam-se os valores burgueses (propriedade privada, modelos burgueses de família, escola, etc.) condenando tudo que os ameaça. Apesar das inúmeras análises históricas sobre a produção da pobreza, da desigualdade, dos processos de exploração, as práticas trabalham os casos de forma particular, deixando claro que são as pessoas atendidas a expressão dos conflitos e que são elas as que estão em risco, produzindo-as, inclusive, como necessitadas do que se institui como proteção social. Há uma produção que faz entender que a pobreza é um problema das pessoas e também há uma produção que define as pessoas como necessitadas do “apoio” que institucionalmente se oferece.

Porém, o que é visto como rebeldia nos jovens também pode ser lido como potência. Como resistência a políticas padronizadas que em nada modificam o lugar em que se cristaliza à juventude, seja ela pobre ou não. O olhar que os petrifica em uma única forma é desviado com seus atos, suas inquietações, sua contestação – a partir dos recursos que lhes são possíveis –, expressando tanto a recusa às respostas públicas restritas a discursos morais e punitivos como a potência com a qual afirmam o seu direito à vida.

## Referências bibliográficas

- ABAD, Miguel. “Crítica política das políticas de juventude”. In: *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo, Cortez/ Ação Educativa, 2003.
- ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6., 1997.
- BRASIL. INEP. <http://www.inep.gov.br/estatisticas/>, acessado em 13 de março de 2004.
- CASTEL, E. El orden psiquiátrico, Madrid, La Piqueta, 1980
- DONZELOT, Jacques. Polícia das Famílias. Rio de Janeiro, Graal, 1980
- FOUCAULT, Michel. La verdad y las formas jurídicas. Barcelona, Gedisa, 1984
- HADDAD, Sergio e PIERRO, Maria Clara Di. *Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil: contribuições para uma avaliação da década da Educação para Todos*. São Paulo, Ação Educativa, 1999, p.2, 1999.
- ISLAS, José A. P.. Pro(Dia)logo. Políticas publicas de juventud del nuevo siglo: para mirar lo que vemos. In: Rodriguez, Ernesto. *Atores estratégicos para el desarrollo. Políticas de Juventud para o Siglo XXI*. México: Instituto Mexicano de la Juventud, 2002.
- LANCETTI, Antonio. Prevenção, preservação e progresso em saúde mental. Em: Saúde e Loucura. No. 1. s/d.
- PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa Moeda, 1993.
- PASSETTI, Edson. Ensaio sobre um abolicionismo penal. III Congresso da ALACIP, Unicamp, 2006
- RUA, Maria das Graças. “As políticas públicas e a juventude dos anos 90”. In: CNPD. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília, 1998. 2 v.
- SPOSITO, Marília P.. Relatório de pesquisa (FAPESP), mimeo, 1993.